Notícias do dia 28 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Expediente tem a leitura somente de relatório do TCE-GO 3

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Alego bate 3º recorde e supera 5 mil cargos comissionados 4

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Integrantes do Comitê Goiano da Primeira Infância definem estratégias de serviços de acolhimento para crianças e ampliação da cobertura vacinal
. 6

Expediente tem a leitura somente de relatório do TCE-GO

O Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 28, teve a leitura de apenas uma proposição - o relatório consolidado do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** referente ao primeiro trimestre de 2024 (processo n 11484/24).

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/145128/expediente-tem-a-leitura-somente-de-relatorio-do-tce-go

Alego bate 3º recorde e supera 5 mil cargos comissionados

Deputados e assessores no plenário: crescimento de nomeações em 2024 (Sergio Rocha)

No terceiro recorde consecutivo de número de comissionados, a Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) ultrapassou 5 mil servidores sem vínculo, quantia que representa 14 vezes o número de efetivos e um salto de 1,5 mil nomeados em pouco mais de um ano. Relatório do primeiro trimestre de 2024 divulgado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) mostra que a **Alego** alcançou 5.167 ocupantes de cargos em comissão, enquanto possui 373 concursados.

O Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) informou ter recebido nesta terça-feira (28) uma denúncia de excesso de comissionados na **Alego** e que uma das promotorias de Patrimônio Público investigará o caso.

Responsável pelo incremento no quadro de servidores, o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), afirma que instituiu "novos serviços e programas" para a sociedade , que o Poder "atende os 246 municípios e 7 milhões de goianos" e que a Casa é "referência para os Legislativos de todo o País".

A Diretoria Financeira da **Alego** admitiu que se aproxima do limite de alerta de gastos com pessoal, mas ressalta que ainda está bem abaixo do teto permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O presidente afirma que não vai ultrapassar o limite prudencial.

Bruno assumiu o comando no início de 2023, quando a **Alego** contava com 3.711 comissionados. Ao longo do ano, os dados trimestrais mostram aumento gradual (veja quadro). O salto mais imediato ocorreu por conta de uma das primeiras mudanças em resolução da Casa que trata de pessoal, permitindo que os gabinetes dos deputados pudessem contratar até 95 comissionados. Antes o limite eram 58. O valor da verba de contratação para cada parlamentar segue o mesmo, tendo como base o pagamento no Congresso Nacional.

Em maio do ano passado, Bruno Peixoto foi escolhido por unanimidade para novo mandato na mesa diretora em eleição antecipada para o período de 2025-2026. As articulações para chegar à presidência e para se reeleger envolveram a aprovação de uma série de mudanças na estrutura administrativa. O acordão incluiu também cargos do primeiro escalão da Casa.

O POPULAR mostrou no dia 20 que o número de funções com status de diretoria mais que dobrou: de 31 no início de 2023 para 76 este ano.

O inchaço também está ligado às movimentações de Bruno Peixoto para, inicialmente, ser candidato a prefeito de **Goiânia** e, diante do fracasso, valorizar seu grupo para indicar um nome para vice na chapa governista.

Apadrinhados e parentes de vereadores e de presidentes de partidos ganharam cargos comissionados no Legislativo nos últimos meses, enquanto o presidente articulava o grupo formado por PSB, PRD, Agir e Avante que tem atuado em conjunto para fechar apoio nas eleições na capital. A intenção é compor a chapa do pré-candidato a prefeito pelo União Brasil, Sandro Mabel.

Limites

Em nota, o diretor-adjunto Financeiro da **Alego**, Edilson Bezerra da Silva, diz que as despesas de pessoal da Casa respeitam a LRF e normas estaduais de finanças públicas. O comprometimento da Receita Corrente Líquida com a folha no primeiro quadrimestre deste ano está projetado em 1,34%, segundo ele, enquanto o limite de alerta é de 1,35%, o prudencial, 1,42% e o limite máximo, 1,50%.

"Dessa forma, mesmo com a queda da receita nos últimos 12 meses, a **Alego** mantém-se abaixo dos limites legais", afirma o diretor, que completa que as despesas estão previstas no Orçamento e contempladas no duodécimo repassado pelo Executivo.

O diretor também destaca que a **Alego** "conta com mais de R$ 200 milhões em caixa, demonstrando uma gestão voltada à economicidade, o que nos permitiu a devolução de R$ 36 milhões ao Poder Executivo para investimentos nos municípios do Estado e na prestação de serviços a todos os goianos".

Apuração

Em junho do ano passado, quando houve o primeiro

salto do número de comissionados, o MP-GO informou ao POPULAR que a 78ª Promotoria de Justiça tinha um procedimento administrativo para acompanhar o quadro de servidores da **Alego**.

Agora, diante do novo acréscimo e questionado sobre providências, o órgão respondeu que a promotoria arquivou o procedimento, que tinha como foco o processo de convocação dos aprovados no último concurso realizado pela **Alego**, em 2018, já finalizado.

"No entanto, na tarde de hoje (terça-feira), foi registrada, de ofício, uma notícia de fato para que sejam apuradas informações sobre o excesso do número de comissionados naquela casa de leis", completou.

(Arte/O Popular)

Site: https://opopular.com.br/politica/alego-bate-3-recorde-e-supera-5-mil-cargos-comissionados-1.3141100

Integrantes do Comitê Goiano da Primeira Infância definem estratégias de serviços de acolhimento para crianças e ampliação da cobertura vacinal

A coordenadora do Comitê Gestor Local da Primeira Infância do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Lidia de Assis e Souza, e o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de **Goiás** (CGJGO), Gustavo Assis Garcia, participaram, nesta terça-feira (28), de reunião com integrantes do Comitê Goiano da Primeira Infância, realizada no auditório do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO), em **Goiânia**. No encontro, foram definidos temas como o impulsionamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, projeto Família Acolhedora e ampliação da cobertura vacinal.

Na oportunidade, a juíza Lidia de Assis e Souza apresentou aos integrantes do comitê a produção dos certificados que foram confeccionados pelo Poder Judiciário estadual. Na reunião também foram debatidos assuntos como a cerimônia do Amigos Pela Primeira Infância , aumento da cobertura vacinal, atualização dos serviços de acolhimento em família acolhedora, atualização das ações desenvolvidas pelos órgãos e instituições integrantes do Comitê, entre outros.

A juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Lidia de Assis e Souza, considerou a reunião positiva e lembrou que os integrantes debateram sobre assuntos pertinentes ao direito de crianças e adolescentes, como a baixa cobertura vacinal, entre outros. A reunião abordou ainda sobre o suporte e capacitação de equipes de assistência social durante o acolhimento. Os representantes da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) nos trouxeram diversas perspectivas de novas famílias que possam acolher crianças de primeira infância neste segundo semestre", informou a magistrada.

Debate

Além de debater sobre a cerimônia de premiação do evento, Amigos pela Primeira Infância , a magistrada comentou da iniciativa realizada por cada instituição e a necessidade de divulgação das ações feitas pelos integrantes do Comitê Goiano da Primeira Infância. "É importante esclarecer aos pais, qua ainda não levarem seus filhos para vacinarem, sobre a importância da imunização, para alcançarmos o maior número de crianças imunizadas", frisou.

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de **Goiás** (CGJGO), Gustavo Assis Garcia, avaliou como avanço dos diversos pontos debatidos na reunião, principalmente quanto à necessidade da cobertura vacinal. "Ficou decidido que as instituições, como o Poder Judiciário e demais outras, deverão disseminar informações e iniciativas como essas aos servidores. Essa participação dos integrantes vai permitir uma atuação mais prática do Comitê Gestor Local da Primeira Infância", afirmou.

O coordenador do CAO da Infância e Juventude do MPGO, promotor Pedro de Mello Florentino, disse que o encontro foi fundamental, haja vista que vem promovendo uma interação interinstitucional para defesa de crianças e adolescentes como, por exemplo, o serviço de família acolhedora e da cobertura vacinal. Essas políticas públicas podem ser fomentadas, uma vez que contribuirá para o fortalecimento junto ao comitê", finalizou.

Participaram da reunião, a servidora da Coordenadoria da Infância, Fabiola Aurélio Costa; representantes da SEDHS, Nara Rezende dos Santos e Simone dos Santos; representantes da SES Viva, Alinne Pimentel; da Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG), Rúbia Prado; representante da Defensoria Pública do Estado (DPE), João Pedro Garcia; representante da OAB, Roberta Muniz; do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCM), Roberto Coutinho e Márcia Cristina de Carvalho; representantes do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), Jaqueline Nascimento, Antônio de Oliveira e Halim Antônio Girade; representantes do Suvisa/SES, Flávia Amorim e Joice Dorneles; do SEDS, Marcello Rosa; e a representante do CAO Saúde, Liana Mendonça Camilo. (Texto e fotos: Acaray Martins - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Site:
https://www.tjgo.jus.br//index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/29492-integrantes-do-comite-goiano-da-primeira-infancia-definem-estrategias-de-cobertura-vacinal-e-debatem-premiacao-dos-municipios-amigos-pela-primeira-infancia